

MISSÃO DO BRASIL JUNTO À UNIÃO EUROPEIA EM BRUXELAS

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO

Transcrevo versão simplificada do relatório de gestão (fev/2019 - nov/2021):

i. Contexto de atuação

a) Política interna

A União Europeia (UE) reúne hoje 27 estados membros, com população de 447,7 milhões de pessoas, território de 4,27 milhões de km², PIB de EUR 13,38 trilhões e renda per capita de EUR 29,8 mil. Em 2020, sua corrente de comércio total foi de EUR 3,64 trilhões (USD 4,3 trilhões), 12,3% da soma global, tendo ficado atrás apenas da China (13,1%) e à frente dos Estados Unidos (10,6%). Trata-se do segundo maior exportador mundial e do terceiro importador. Com fluxo total de cerca de EUR 306 bilhões por ano, é o maior exportador de agroalimentos do mundo (dados do Eurostat). Além disso, a UE detém o maior estoque global, como origem de investimentos estrangeiros diretos (IED), sendo o principal investidor no Brasil. Nosso país é o sexto principal destino de IED europeu no mundo, e o primeiro na América Latina.

2. Entre fevereiro de 2019, quando assumi a chefia da Missão do Brasil junto à União Europeia, e outubro de 2021, o bloco comunitário enfrentou uma série de eventos políticos importantes, que incluíram a crise da pandemia da covid-19 e a conclusão do processo de saída do Reino Unido do bloco ("Brexit"), no princípio de 2020.

3. Nas eleições de maio de 2019 para o Parlamento Europeu, foram eleitos 751 deputados, dos então 28 estados membros da UE, para mandato de cinco anos.

4. No dia seguinte ao escrutínio, verificou-se o crescimento da bancada liberal. Os "eurocéticos", apesar de bons resultados na Alemanha e na França, não ampliaram sua participação no Parlamento, em sinal de que as tendências que levaram ao "Brexit" não estavam em expansão no restante do bloco.

5. Em julho subsequente, a então ministra da Defesa da Alemanha, Ursula von der Leyen, foi escolhida presidente da Comissão Europeia – órgão executivo da UE. Von der Leyen enfatizou que priorizaria em sua gestão os temas ambientais, a agenda digital, o reforço da relevância europeia na arena global e a paridade de gênero, que buscou implementar no novo Colégio de Comissários.

6. Os temas da agenda ambiental – como mudança do clima, desmatamento e biodiversidade – passaram a ocupar lugar central nos discursos das altas autoridades comunitárias e dos principais líderes dos países da UE. Pouco após sua posse, em 1º de dezembro de 2019, von der Leyen anunciou ambiciosa estratégia na área ambiental, intitulada "European Green Deal" (Pacto Verde

Europeu). O plano prevê a consecução de metas ambiciosas, entre elas neutralidade climática até 2050, redução no uso geral de pesticidas químicos e de antibióticos, aumento da proteção à biodiversidade e mecanismo de ajuste de carbono na fronteira.

7. Outro pilar da gestão von der Leyen começou a ganhar densidade quando a Comissão Europeia apresentou, em fevereiro de 2020, sua nova estratégia digital, com foco no desenvolvimento de competências e infraestruturas que permitam à UE manter sua economia competitiva no futuro e, ao mesmo tempo, maximizar os ganhos sociais da transição digital. Com o objetivo de garantir que princípios, valores e regras europeus passem a balizar as discussões na "arena digital", a UE vem introduzindo, gradualmente, políticas públicas e projetos de normativas, visando a regulamentar a competição no mercado único, com foco sobretudo nas grandes plataformas eletrônicas.

8. Assim, tramitam no Parlamento Europeu, no momento, o "Digital Services Act", que procura proteger os consumidores e seus direitos fundamentais no ambiente eletrônico, e o "Digital Markets Act", que, por sua vez, busca conduzir a mercados digitais mais abertos e justos. Estão em gestação avançada, nesse sentido, projetos normativos nas áreas de inteligência artificial, governo eletrônico e gerenciamento de dados, entre tantas outras facetas da revolução digital em curso.

9. Também em 1º de dezembro de 2019, tomou posse o novo presidente do Conselho Europeu, que reúne os chefes de Estado e/ou de Governo dos estados membros da UE. O escolhido foi o então primeiro-ministro da Bélgica, Charles Michel.

10. Pouco após o início das gestões de von der Leyen e Michel, ao fim de janeiro de 2020, o Reino Unido deixou oficialmente de ser estado membro da UE, quatro anos e meio após o plebiscito do "Brexit". As longas e intrincadas negociações entre a Comissão Europeia e o governo britânico demonstraram a capacidade das instituições comunitárias e de seus 27 estados membros de se manterem unidos.

11. Objetivamente, a União Europeia perdeu um de seus membros mais importantes, cerca de 13% de sua população e 16% de seu PIB, além dos 73 eurodeputados britânicos, eleitos em maio de 2019, que deixaram o Parlamento Europeu. O Reino Unido, por seu turno, abriu mão de participar do mercado comum europeu – onde há livre circulação de bens, serviços, pessoas e capital – que conta com 16% do PIB mundial, vasta influência normativa global e uma rede de mais de 40 acordos comerciais, com cerca de 70 parceiros.

12. A conclusão do "Brexit" foi precedida em poucas horas por declaração de estado de emergência pelo governo da Itália, em vista das primeiras mortes confirmadas por covid-19 na Europa e pela multiplicação dos casos.

13. A principal resposta das instituições comunitárias à pandemia ocorreria na frente econômica. Ao longo do primeiro semestre de 2020, foram anunciadas medidas vultosas nas áreas do emprego e da solvência das empresas. Autorizou-se a ampliação da ajuda estatal pelos estados membros e órgãos comunitários, injetou-se liquidez no setor financeiro e flexibilizou-se o marco fiscal europeu. Em julho de 2020, foi aprovado o principal mecanismo para retomada econômica do

bloco, intitulado "Next Generation EU", que prevê a mobilização de recursos da ordem de EUR 750 bilhões e inclui a emissão de dívida da UE nos mercados creditícios, objeto de acalorados debates entre os líderes europeus. Os pacotes econômicos deram bons resultados e a economia europeia tem-se recuperado de maneira positiva. A Comissão estima que 19 países da UE atingirão níveis econômicos pré-pandemia ainda em 2021, e os oito restantes, em 2022.

14. A Comissão Europeia também teve atuação exitosa na compra de vacinas. Encarregada de negociar contratos com os laboratórios mais promissores, a Comissão assegurou até o momento, por meio de contratos, 4,6 bilhões de doses de vacinas contra a covid-19. Receberam autorização condicional de uso no bloco os imunizantes da BioNTech-Pfizer, da Moderna, da AstraZeneca e da Janssen/Johnson & Johnson. Cerca de 70% da população adulta da UE está completamente imunizada e aproximadamente 77% recebeu, ao menos, uma dose.

15. Para além das respostas sanitária e econômica, cumpre registrar que o Serviço Europeu de Ação Externa coordenou, no início da pandemia, os esforços do bloco para repatriação de seus cidadãos, inclusive dos que se encontravam no Brasil. Em diversas ocasiões, o lado europeu agradeceu o apoio brasileiro prestado para a repatriação de seus cidadãos no país.

b) Política externa

16. Ao assumir o cargo de alto representante da UE para Relações Exteriores e Política de Segurança, em 1º de dezembro de 2019, o ex-chanceler espanhol Josep Borrell dividiu as prioridades da política exterior europeia em duas áreas: temas da vizinhança da UE e assuntos da geopolítica global.

17. Em sua vizinhança sudeste, o bloco continuou a estimular o "caminho europeu" dos países dos Balcãs Ocidentais, sem apresentar horizonte temporal concreto para suas acessões à UE. Em março de 2020, a UE abriu negociações para eventual entrada de Albânia e Macedônia do Norte no bloco. Em sua vizinhança sul, grande parte dos projetos de cooperação da UE destina-se ao continente africano. Essas iniciativas visam, em primeiro lugar, a apoiar o desenvolvimento e a manutenção da paz e da segurança nos países da África, temas que podem ter impacto direto no continente europeu.

18. Quanto aos temas mais amplos da geopolítica, a UE manteve seu apoio ao multilateralismo – essência do próprio bloco.

19. Verificam-se igualmente manifestações favoráveis à chamada "autonomia estratégica" do bloco, que se traduziria em incremento da capacidade militar, tecnológica e econômica da UE.

20. Promoveu-se a conclusão, no segundo semestre de 2020, do acordo de investimentos entre a UE e a China ("Comprehensive Agreement on Investments" - CAI), com decisivo apoio da Alemanha e da França. No entanto, em dezembro de 2020, poucos meses após sua conclusão, os trâmites do CAI foram paralisados em Bruxelas, em razão de desentendimentos. Em maio de 2021, a Comissão Europeia anunciou que cessaria o processo interno de aprovação do acordo, até nova ordem. À época da conclusão do CAI, a Comissão considerava o acordo parte de uma estratégia de atualização e adequação na maneira como a UE conduz seu relacionamento com a China.

21. Assim, o CAI teria uma natureza "sui generis", por não ser um acordo de proteção de investimentos, nem um acordo de livre comércio, antes um instrumento híbrido, centrado em acesso a mercados, melhora nas condições de concorrência ("level playingfield") e desenvolvimento sustentável, cujo papel principal seria ajudar a reequilibrar o relacionamento.

22. Ainda no contexto de busca por maior presença no tabuleiro geoestratégico global, somam-se ao CAI as recém-anunciadas estratégias da UE para a região do Indo-Pacífico e o "Global Gateway", projeto europeu ainda em elaboração de investimentos internacionais em infraestrutura.

ii. Relações União Europeia-América Latina

23. O principal marco político-conceitual das relações da UE com a América Latina, nas quais se inscrevem as relações com o Brasil, é a estratégia apresentada, em abril de 2019, pela então alta representante para Relações Exteriores e Política de Segurança, Federica Mogherini. Ao destacar a história comum e a importância econômica de nossa região para o bloco comunitário, o documento prioriza a ampliação do comércio e dos investimentos, a promoção dos direitos humanos e da democracia, os temas ambientais e a cooperação na área multilateral.

24. Por conta de questões internas na América Latina e das prioridades da política externa europeia, desde 2015 não se realiza uma Cúpula birregional. A Cúpula teria sua 8ª edição em 2017, no formato CELAC-UE, postergada *sine die*, a pedido do Grupo de Lima, após o agravamento da crise na Venezuela. Diante da dificuldade de reunir os líderes de ambas as regiões, a UE promoveu, juntamente com a Alemanha, reunião ministerial América Latina-Caribe-UE, em dezembro de 2020, da qual participou o então Chanceler Ernesto Araújo.

25. Paralelamente, os programas de cooperação técnica da UE com a América Latina e o Caribe continuam a ser implementados. Em 2019, a Missão negociou o documento final e participou das reuniões, no Suriname, do programa europeu de cooperação (COPOLAD) e do mecanismo birregional sobre o tema das drogas. Registre-se que, desde a saída do Brasil da CELAC, em janeiro de 2020, o COPOLAD busca evitar a nomenclatura "CELAC-UE", também evitado pela UE em geral – como fez na reunião ministerial de dezembro de 2020 –, de modo a contar com o Brasil nas iniciativas, visto como ator importante e incontornável na América Latina. A UE, contudo, mantém suas relações políticas com a CELAC, tendo o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, participado da VI Cúpula do agrupamento, em setembro de 2021, na Cidade do México.

iii. Relações Brasil-União Europeia

26. A parceria estratégica entre o Brasil e a União Europeia, estabelecida em 2007, prevê diálogos em diversos níveis: reuniões de cúpula, diálogo entre o ministro das Relações Exteriores e o alto representante para Relações Exteriores e Política de Segurança da UE, encontros de altos funcionários (no nível de secretário) e a Comissão Mista bilateral (estabelecida em 1982 e cuja XVII edição ocorreu em 2017). Essas reuniões políticas são complementadas por mais de 30 diálogos setoriais, que tratam de temas específicos e projetos comuns.

27. O Sr. Presidente da República convidou os presidentes do Conselho Europeu e da Comissão Europeia, antes mesmo de suas posses, em julho de 2019, a visitarem o Brasil, para o que seria a VIII Cúpula Brasil-UE. A então alta representante Federica Mogherini aceitara convite para visitar o Brasil em setembro de 2019 – o que acabou por não ocorrer. O atual alto representante Josep Borrell manifestou interesse em visitar o Brasil no primeiro semestre de 2020, o que não foi possível, por conta da pandemia da covid-19. Por videoconferência, em julho de 2020, Borrell participou da 56a Cúpula do MERCOSUL.

28. O então chanceler brasileiro fez visita às instituições europeias, juntamente com a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o secretário de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, em junho de 2019, ocasião em que foram politicamente concluídas as negociações da parte comercial do acordo MERCOSUL-UE. À margem das negociações, o então ministro reuniu-se com a alta representante Federica Mogherini.

29. Em junho de 2020, o então chanceler chefio a delegação brasileira à IV conferência ministerial de apoio à Síria e região, organizada pela UE e pelas Nações Unidas, por teleconferência, em função da pandemia. Nas conferências de 2019 e 2021, chefei a delegação do Brasil.

30. Apesar das restrições sanitárias vigentes, desde o início da pandemia, mantive diálogo regular e proveitoso com o Parlamento Europeu (PE), seja individualmente com diversos eurodeputados, seja participando, sempre que convidado, das reuniões da Delegação para o Brasil (D-BR) e da Delegação para o MERCOSUL (DMER), cujas agendas privilegiaram temas relativos ao acordo MERCOSUL-UE, ao meio ambiente, aos direitos humanos e à pandemia da covid-19.

31. O senador Humberto Costa e o deputado Vitor Hugo, respectivamente em fevereiro e outubro de 2019, fizeram visitas oficiais a Bruxelas e mantiveram encontros no Parlamento Europeu.

32. Registro, ainda, ter recebido em Bruxelas o Secretário Nacional do Consumidor, em abril de 2019, e o secretário de Aquicultura e Pesca, no mês seguinte. Em novembro de 2020, o Vice-Presidente da República e o comissário de Comércio da UE mantiveram reunião, por videoconferência, para tratar do acordo MERCOSUL-UE.

33. Entre os diálogos que compõem a parceria estratégica, registro a realização de duas reuniões de altos funcionários (em novembro de 2019, em Brasília, e em dezembro de 2020, de maneira virtual), além de diversos diálogos setoriais, dos quais destaco os seguintes, que contaram com o apoio e/ou participação direta da Missão:

- VIII e IX Diálogos sobre Direitos Humanos (em outubro 2019, em Bruxelas, e dezembro de 2020, por videoconferência), precedidos por seminário de representantes da sociedade civil, que, no início do evento governamental, apresentaram seus comentários e recomendações;
- Diálogo sobre Temas das Nações Unidas (Bruxelas, outubro de 2019);
- Encontro Brasil-UE sobre a Prevenção de Conflitos no Ciberespaço (Rio de Janeiro, novembro de 2019);
- XI Diálogo sobre Sociedade da Informação e Economia Digital (Bruxelas, novembro de 2019);
- II Reunião sobre Temas de Segurança Cibernética (Bruxelas, fevereiro de 2020);

- VIII Diálogo de Alto Nível sobre a Dimensão Ambiental do Desenvolvimento Sustentável, realizado de maneira virtual, em outubro de 2020;
- IX e X Reuniões do Comitê Diretivo de Cooperação (CDC) Científica e Tecnológica (em abril de 2019, em Brasília, em março de 2021, por videoconferência); e
- VIII Diálogo Brasil-UE sobre Drogas, realizado por videoconferência, em maio de 2021.

Relação econômico-comercial

34. A União Europeia é o segundo parceiro comercial do Brasil. O comércio bilateral manteve trajetória de queda entre 2011 e 2016. Teve breve período de alta, de 2016 a 2018, mas tendência decrescente, desde antes da pandemia. Em 2021, as trocas têm-se recuperado: no período janeiro-agosto, a corrente comercial alcançou USD 49,4 bilhões, o melhor resultado desde 2014 (USD 54,8 bilhões) e acima da média pré-pandemia (USD 48,93 bilhões). Nos primeiros 8 meses deste ano, a corrente comercial aumentou 28,3%, com relação ao mesmo período de 2020, alta puxada pelas vendas brasileiras à UE: as exportações somaram USD 27,7 bilhões (+32%) e as importações, USD 24,63 bilhões (+24,7%).⁵² Em razão da pandemia, que deprimiu o comércio mundial em 5,3%, em 2020, o ano passado foi, na última década, depois apenas de 2016 (USD 55,9 bilhões), o pior para as trocas bilaterais, as quais somaram US\$58 bilhões (queda de 10,7% com relação a 2019). A média anual pré-pandemia (2010-2019) havia sido de USD 73,23 bilhões. A UE respondeu, em 2020, por 15,75% do comércio do Brasil com o mundo, contra 15,95%, em 2019, e 16,76%, em 2018 (em 2010, 19,13%; em 2015, 17,41%).

35. Os principais produtos exportados pelo Brasil à EU em 2020, segundo dados europeus, foram: soja, farelos e resíduos da extração do óleo da soja, óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, café e minério de ferro. Do lado das importações brasileiras do bloco, também em 2020, houve maior concentração em produtos industriais, como medicamentos, vacinas, partes e acessórios de veículos automotivos e aeronaves.

36. Em termos globais, a corrente de comércio da UE, em 2020, foi de EUR 3,64 trilhões (USD 4,31 trilhões). Seus principais destinos de exportação foram Estados Unidos, Reino Unido, China, Suíça, Rússia, Turquia, Japão, Noruega, Coreia do Sul e Canadá - o Brasil foi o 14º. As principais origens de importações foram China, Estados Unidos, Reino Unido, Suíça, Rússia, Turquia, Japão, Coreia do Sul, Noruega e Vietnã - o Brasil foi o 13º fornecedor.

37. A UE foi, em 2020, o maior exportador mundial de agroalimentos, e o terceiro maior importador de produtos agroalimentares, atrás de EUA e China. A corrente de comércio nesse segmento somou EUR 306 bilhões (exportações: EUR 184 bilhões; importações: EUR 122 bilhões). A UE exporta uma vasta gama de produtos - de commodities a produtos da indústria alimentar altamente processados. As importações da UE, por outro lado, são claramente dominadas por produtos alimentares e produtos agrícolas básicos, que representam cerca de 75% de todas as importações.

iv. Principais ações desenvolvidas pela Missão

38. Para além das atividades mencionadas nas seções anteriores, detalho, a seguir, ações prioritárias desenvolvidas pelo Posto durante minha gestão.

a) *Acordo MERCOSUL-UE*

39. A Missão manteve intensa atuação, entre 2019 e 2021, na promoção do acordo MERCOSUL-UE. Antes da conclusão política da parte comercial (junho de 2019) e do pilar político e de cooperação (junho de 2020), realizamos gestões regulares junto às instituições comunitárias e a interlocutores locais, para subsidiar a atuação da Secretaria de Estado das Relações Exteriores e da equipe negociadora do Brasil e do MERCOSUL. Sempre que acionados por Brasília, diplomatas do Posto também participaram do exercício negociador. No segundo semestre de 2019, em que o Brasil exerceu a presidência *pro tempore* do MERCOSUL, e tendo em vista a então recente conclusão do pilar comercial do acordo, a Missão promoveu conjunto de ações destinadas a apoiar o processo de finalização e aprovação do instrumento birregional. Na residência oficial, ofereci, em diversas ocasiões, almoços e jantares a atores-chave desse processo em Bruxelas, com o intuito de estreitar laços com defensores do acordo, diminuir resistências e, nesse sentido, disseminar informações objetivas que contribuíssem para melhor entendimento do acordo. Paralelamente, meus colaboradores e eu mantivemos contatos constantes com interlocutores locais para subsidiar a atuação do Itamaraty e do governo brasileiro como um todo.

40. Na Comissão Europeia, mantive contatos de alto nível com a pasta de Comércio, sempre em estreita coordenação com Brasília, e com os sucessivos negociadores-chefe europeus. Da mesma forma, meus colegas de Missão e eu atuamos junto ao Conselho da UE – especialmente com as presidências de turno alemã (julho-dezembro de 2020) e portuguesa (janeiro-junho de 2021) – e ao Parlamento Europeu.

41. Por ser foco de importante debate sobre o acordo, a Missão dedicou significativa atenção ao Parlamento Europeu. Além de minha participação nas mencionadas reuniões periódicas da D-BR e da DMER, acompanhamos com atenção os trabalhos relativos ao acordo em todas as comissões relevantes, com destaque para as de Comércio Internacional (INTA), de Relações Exteriores (AFET), de Agricultura (AGRI) e de Meio Ambiente (ENVI). Também no plenário, em que o acordo foi suscitado diversas vezes, procuramos de antemão disseminar informações e dados objetivos para contribuir com debate baseado em fatos e números concretos.

42. O setor privado europeu, amplamente representado em Bruxelas, foi também objeto de atenção do Posto. As principais entidades favoráveis ao acordo, sobretudo representantes do setor industrial europeu, procuraram a mim e a meus colaboradores, para a organização de seminários, palestras e mesas-redondas, em que procuramos conjuntamente contribuir para o processo de finalização e aprovação do acordo. Igualmente trabalhamos, no mesmo sentido, em permanente coordenação com o escritório da Apex-Brasil em Bruxelas. O processo de revisão jurídica do acordo foi coordenado, desde seu início, em setembro de 2019, por esta Missão, tanto pelo Brasil, como pelo MERCOSUL. No primeiro ano, em que se fez parcela significativa do trabalho, a Missão sediou reuniões intra-MERCOSUL, com ajuda de equipamentos de videoconferência para participação remota de funcionários nas capitais do bloco, com frequência média de 1-2 semanas por mês, além de participar de reunião de, também na média, 1 semana por mês com a Comissão Europeia. Durante a pandemia, que inevitavelmente atrasou o trabalho - tanto pela impossibilidade de se organizarem necessários encontros presenciais de negociadores-chefes, como pela mudança

de prioridades que a crise sanitária acarretou –, a Missão continuou a manter reuniões, via de regra virtuais, intra-MERCOSUL e com a parte europeia para o andamento da revisão jurídica.

43. Ao longo de todo esse período, trabalhei sempre em próxima coordenação com meus pares do MERCOSUL, em comunicações formais e informais quase diárias, além de frequentes reuniões presenciais e virtuais. Sempre, e em especial durante as presidências *pro tempore* brasileiras, procurei compartilhar dados e informações que fossem de utilidade para os sócios, de modo que o MERCOSUL pudesse, na medida do possível e no que fosse condizente com o interesse nacional, apresentar frente uníssonas diante da UE.

44. Como é de conhecimento, diante de resistências internas, a Comissão Europeia propôs a adoção de documento de "elementos adicionais" ao acordo. A ideia, na medida em que possa contribuir para a célere tramitação do instrumento, foi aceita pelo MERCOSUL, sob as bases de reciprocidade, birregionalidade e não-reabertura do instrumento acordado. Até o momento, contudo, não há textos concretos de "elementos adicionais" e o MERCOSUL aguarda proposta do lado europeu.

b) *Meio Ambiente*

45. A Missão acompanhou de perto os desdobramentos da nova ênfase da atual Comissão em temas ambientais, particularmente aqueles relacionados a comércio e desenvolvimento sustentável. Ademais, sempre que se julgou conveniente e/ou necessário, o Posto preparou e distribuiu informações objetivas sobre a real situação ambiental no Brasil, como nossas credenciais multilaterais no tema, a abrangência de nossas leis, problemas e desafios, bem como sobre a atuação do poder público contra crimes ambientais.

46. Como mencionado, a atual Comissão Europeia tem como uma de suas bandeiras o "European Green Deal", que objetiva transformar a UE, ao longo da próxima década, no âmbito da chamada transição dúplice (ambiental e digital). Nesse contexto, a Comissão a apresentou, em julho de 2021, amplo pacote de propostas legislativas, intitulado "Fit for 55", com o objetivo de reformular as normas comunitárias sobre clima e energia. Entre suas principais metas, destacam-se as de reduzir em 55% as emissões de gases de efeito estufa, até 2030 (em relação a 1990), e de se alcançar a "neutralidade climática", até 2050. A transformação do setor energético, responsável por cerca de 75% das emissões do bloco europeu, é considerada chave para atingir-se essas metas climáticas mais ambiciosas.

47. Entre as propostas de modificação de textos legais em vigor, o pacote "Fit for 55" inclui a revisão de normativas sobre: (i) o Sistema de Comércio de Emissões da UE (EU ETS, na sigla em inglês); (ii) a repartição de esforços entre os países do bloco (ESR); (iii) o uso da terra, mudança no uso da terra e silvicultura (LULUCF); (iv) as energias renováveis (RED II); (v) a eficiência energética (EED); (vi) a infraestrutura para combustíveis alternativos (AFID); (vii) os padrões de emissões para carros e vans; e (viii) a taxação da energia.

48. Com relação às novas normativas propostas, o pacote inclui: (i) mecanismo de ajuste de carbono na fronteira (CBAM); (ii) mecanismo social de ação climática; (iii) regulamento sobre combustíveis sustentáveis de aviação ("ReFuelEU Aviation"); (iv) regulamento sobre medidas

para promover a sustentabilidade do transporte marítimo ("FuelEUMaritime"); e (v) nova estratégia para florestas.

49. Destaco, ainda, o monitoramento pelo Posto de proposta a ser apresentada pela Comissão, no semestre corrente, sobre o estabelecimento de um marco legal para lidar com o chamado "desmatamento importado", a partir da resolução "Deforestation", aprovada pelo Parlamento Europeu em outubro de 2020. O projeto legislativo, cujos elementos começam a tornar-se conhecidos, consistiria sobretudo na adoção de mecanismo de diligência devida ("due diligence") para operadores econômicos, com o objetivo de impedir a entrada na União Europeia de mercadorias cuja produção contribua para o desmatamento. Segundo as informações disponíveis, a legislação seria aplicada a *commodities* como óleo de palma, soja, madeira, carne bovina, café e cacau, o que poderia atingir relevantes interesses exportadores brasileiros.

50. Essas propostas deverão seguir o percurso regular para a aprovação de medidas legislativas na UE, de modo que não se espera a entrada em vigor, de quaisquer dos textos apresentados, ainda em 2021.

51. Ao longo de todo o processo, a Missão manteve fluxo constante de informação à Secretaria de Estado (Brasília) e de participação em seminários e eventos relacionados ao assunto, em Bruxelas. Além disso, sempre que instruída, apresentou comentários e submeteu contribuição brasileira às diversas consultas públicas que a União Europeia abriu sobre esses temas, procurando influenciar, na medida do possível, o debate, tendo em vista os interesses brasileiros.

c) Agricultura

52. A Missão tem importante atuação em temas relacionados ao agronegócio, em função da relevância do setor nas exportações brasileiras para a UE. Sempre que demandado, o Posto auxiliou exportadores brasileiros e/ou empresas com presença local, em solicitações variadas, e, quando instruído, por meio de gestões junto aos órgãos comunitários, com vistas a destravar pendências comerciais bilaterais. Nesse sentido, destaco que, entre 2019 e 2021, a Missão manteve intenso diálogo com a UE para a normalização, ainda por ocorrer, das exportações de carnes bovina e de aves à UE, ora sob regime de controles reforçados, em razão de problemas de controle sanitário detectados no Brasil no rastro de operações de fiscalização.

53. Tal como a Embaixada em Pequim, a Missão em Bruxelas é um dos dois postos na rede do Itamaraty a contar com dois adidos pertencentes aos quadros do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o que sinaliza a grande importância do tema nas relações bilaterais. O trabalho desses adidos agrícolas deu-se sempre em estreita coordenação e confiança comigo e com o Setor do Agronegócio do Posto.

54. Os principais temas em discussão na UE, com possíveis impactos para o Brasil, foram amplamente acompanhados e reportados, com destaque para questões como a reforma da Política Agrícola Comum (PAC), que passará a vigorar em 2023. Entre as inovações, destacam-se a inclusão de "condicionalidades sociais", segundo as quais os beneficiários da PAC terão de respeitar os princípios do direito social e laboral europeu para receberem apoio. Além disso, os estados membros deverão distribuir ao menos 10% dos recursos recebidos no âmbito da PAC a

pequenos e médios agricultores. Nos aspectos ambientais, os estados membros deverão velar para que seus respectivos planos estratégicos contribuam para as metas do "Green Deal" e das estratégias "Farm to Fork" (abaixo) e de biodiversidade. Ademais, também foram reforçados outros requisitos, tais como, por exemplo, a dedicação de ao menos 3% de suas terras aráveis à biodiversidade e a elementos não produtivos, com a possibilidade de obter-se apoio, via regimes ecológicos ("ecoschemes"), para atingir-se o patamar de 7%. Os estados membros estarão obrigados a oferecer respaldo, via regimes ecológicos, para recompensar agricultores pela adoção de práticas benéficas ao clima e ao meio ambiente (como agricultura orgânica, agroecologia e manejo integrado contra pragas) ou de bem-estar animal.

55. Por seu turno, a estratégia "Farm to Fork" ("da Fazenda para o Garfo", em tradução livre) é um plano de ação para os próximos quatro anos, que apresenta resposta às demandas da sociedade europeia por soluções para problemas relacionados aos impactos da produção de alimentos sobre a mudança do clima, a biodiversidade, a saúde geral dos consumidores, o bem-estar animal, a poluição do meio ambiente e o desperdício de alimentos. Prevê, entre outras metas, a redução do uso de agroquímicos e antibióticos na agricultura, a revisão da legislação europeia sobre bem-estar animal e a adoção de novas normas de rotulagem nutricional e ambiental.

56. Embora seja uma estratégia europeia, a "Farm to Fork" inclui, entre seus objetivos, a "transição global para sistemas agroalimentares sustentáveis, por meio da política comercial da UE e dos instrumentos de cooperação internacional". Nesse sentido, muitas das iniciativas legislativas e não-legislativas previstas na estratégia poderão ter impactos sobre os países exportadores, por envolverem medidas aplicáveis às cadeias produtivas de ponta a ponta. O objetivo de redução do uso de pesticidas químicos e de alto risco em 50% na UE, por exemplo, poderá afetar os limites máximos de resíduos aplicáveis aos produtos importados; a revisão das normas de bem-estar animal na UE poderá, também, impor requisitos adicionais às exportações de produtos de origem animal; e normas de rotulagem (ambiental e nutricional) aplicáveis a produtos comercializados na UE (inclusive importados) exigirão especial atenção dos países exportadores.

d) Covid-19

57. Durante a pandemia da covid-19, o Brasil acionou por duas vezes o Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia, em vista da escassez, no País, de medicamentos necessários para a intubação de pacientes. Em agosto de 2020, o Mecanismo foi acionado diretamente pelo Ministério da Saúde e, em março de 2021, por meio da Missão. Desde então, houve ofertas de assistência provenientes dos governos da Espanha e da Irlanda. Em abril de 2021, a Espanha doou 80 mil unidades de medicamentos anestésicos, sedativos e bloqueadores neuromusculares que compõem o "kit intubação". A Irlanda, em junho, doou 47.520 ampolas do anestésico Atracúrio, que também integra o chamado "kit intubação". Nesse mecanismo de cooperação da UE, o auxílio é prestado pelos países do bloco e a Comissão Europeia atua como facilitador logístico, além de cobrir pelo menos 75% dos custos de transporte.

58. O Posto também tem acompanhado tratativas, em nível técnico, para reconhecimento recíproco de certificados de vacinação contra a covid-19, para fins de mobilidade internacional. Essas tratativas, ressalte-se, não têm impedido o progressivo reconhecimento do certificado nacional de

vacinação emitido no Brasil pelos estados membros da UE individualmente, já que cabe a eles a competência final na matéria.

59. Desde o início da pandemia, a Missão acompanhou a sua evolução e impactos na UE e produziu informações regulares sobre: a situação epidemiológica da covid-19 no bloco; compra, produção, distribuição e aplicação de vacinas; exportação de imunizantes; e controles impostos às exportações. Paralelamente, registrou e analisou a resposta econômica e financeira da UE à crise. Além disso, produziu subsídios sobre o desenvolvimento do certificado digital covid-19 da UE, uma das principais referências para o certificado nacional brasileiro, Conecte-SUS.

60. A pandemia da covid-19 e as consequentes restrições impostas pelo governo da Bélgica tiveram impacto sobre o trabalho da Missão – bem como de todas as instituições comunitárias europeias –, na medida em que impediram, ou ao menos dificultaram, encontros e eventos presenciais. Nesse contexto, minha equipe e eu, para manter nossa interlocução em Bruxelas, fizemos amplo uso das tecnologias digitais.

e) Cooperação jurídica internacional

61. O Posto fez gestões para que o Brasil fosse incluído na lista de países prioritários para cooperação internacional da Agência da UE para a Cooperação Judiciária Penal (Eurojust), o que ocorreu em 1º de março de 2021. Com a inclusão, a Comissão Europeia recebeu mandato dos estados membros do bloco para negociar acordo entre o Brasil e a Eurojust. Neste momento, o lado brasileiro aguarda a apresentação de proposta inicial europeia de texto, a fim de iniciar as tratativas. Eventual acordo reforçará a cooperação jurídica entre Brasil e UE, ao permitir a indicação de "promotor de ligação" brasileiro junto à Eurojust, autorizado a participarem ações coordenadas, incluindo investigações de casos transfronteiriços, bem como a fazer parte de "Equipes de Investigação Conjunta".

f) Cabo submarino transatlântico

62. A Missão acompanhou os últimos trâmites para a entrada em operação, em 1º de junho de 2021, do cabo submarino transatlântico que hoje conecta o Brasil à Europa, em alta velocidade. O ministro de Ciência, Tecnologia e Inovações participou da sua cerimônia de inauguração, organizada na mesma data pelo consórcio privado "EllaLink", em Sines, Portugal.

g) Emendas aos acordos de isenção de vistos

63. Assinei, em 27 de setembro de 2021, emendas aos acordos entre Brasil e União Europeia de Isenção de Vistos de Curta Duração (i) para Passaportes Diplomáticos, de Serviço ou Oficiais e (ii) para Passaportes Comuns. A UE propôs emendar os acordos para redefinir o conceito de "curta duração", estabelecendo-se a contagem em dias e não mais em meses, como previsto pelos acordos assinados em 2010. A iniciativa europeia relaciona-se com a implementação, prevista para maio de 2022, do "Entry/Exit System" (EES), novo sistema de controle migratório europeu, que automatizará os cálculos e controles de estada no espaço Schengen.

h) Ciência, Tecnologia e Inovação

64. Tendo presente que, no final de 2020, o instrumento que regula o cofinanciamento de projetos de cooperação bilateral na área científica perdeu a vigência, Brasil e UE iniciaram tratativas, com vistas à celebração de novo Arranjo Administrativo adequado ao "Horizonte Europa" – programa europeu de financiamento de pesquisa e inovação, com orçamento de EUR 95,5 bilhões até 2027. As negociações do novo Arranjo encontram-se em etapa final de negociações entre as respectivas instituições de fomento de pesquisa e inovação.

i) *Organização Mundial das Aduanas (OMA)*

65. Os trabalhos regulares da OMA, com reuniões diárias na sede em Bruxelas, foram completamente interrompidos durante a pandemia. O calendário de reuniões 2020-2021 ocorreu de modo integralmente virtual. Alguns encontros foram postergados, como aqueles do grupo sobre novas acessões, presidido pelo Brasil e coordenado pela Missão. Não há, no momento, previsão de retorno pleno das reuniões presenciais.